

Questões agrária, urbana e ambiental: Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta¹

Agrarian, urban and environmental issues: Social Work and the ways of confronting the relations of exploration and oppression present in the city, countryside and forest

Joana Valente Santana*

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz**

Leonardo Costa Miranda***

Resumo: Este artigo discute a apropriação do território pelo capital articulado à destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil; e o posicionamento do Serviço Social para o enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta, densas das dimensões de classe, gênero e raça. As reflexões apontam que o Serviço Social brasileiro, tomando por base a fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do Projeto Ético-Político historicamente construído, tem buscado as mediações da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental para contribuir com o trabalho profissional de assistentes sociais e com todas as formas de luta social contra as relações de exploração e opressão existentes.

Abstract: This article discusses the appropriation of territory by capital articulated to environmental destructiveness, financialization of nature and inequality in access to land in Brazil; and the positioning of Social Work to confront the relations of exploitation and oppression present in the city, countryside and forest, dense in the dimensions of class, gender and race. The reflections point out that Brazilian Social Work, based on the foundation of the Curricular Guidelines of the ABEPSS and the historically constructed Ethical-Political Project, has sought the mediations of the interpretation of agrarian, urban and environmental issues in order to contribute to the professional work of social workers and all forms of social struggle against the existing relations of exploitation and oppression.

¹ Texto produzido originalmente para a palestra proferida na mesa "Serviço Social na luta pela terra, no direito à cidade e na questão ambiental no Brasil", Plenárias Simultâneas no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, em outubro de 2022 e editado para publicação.

* Docente da Faculdade e do Programa e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Orcid <http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>.

** Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP, campus Baixada Santista. Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. <https://orcid.org/0000-0003-3715-1438>.

*** Discente do Curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Pará/UFPA. Assistente Social. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4033-1317>.

Palavras-chaves: relações de exploração e opressão; cidade; campo; floresta; terra; Serviço Social.

Keywords: relations of exploitation and oppression; city; countryside; forest; land; Social Work.

Recebido em: 30/08/2022

Aprovado em: 17/11/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O Serviço Social brasileiro se ancora em uma perspectiva teórica crítica e dialética que busca apreender os processos da vida social como uma totalidade de complexos. Por esse motivo, a discussão sobre a luta pela terra, o direito à cidade e a questão ambiental no Brasil possuem mediações próprias à sociabilidade burguesa em sua relação contraditória entre o capital e o trabalho; isto é, possuem mediações referentes à lógica constituinte do modo de produção capitalista que, conforme assinala Harvey (2005, p. 129) “tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito”.

Nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) encontra-se o núcleo da fundamentação para o aprofundamento do estudo das contradições da ordem burguesa, particularmente a apreensão sobre a Questão Social, em termos teóricos e históricos. À medida que essas diretrizes se assentam na perspectiva do método do materialismo histórico e dialético, ela nos dá sustentação teórica para apreender o conjunto das contradições sociais inscritas na particularidade histórica da vida social. Essa base de sustentação permitiu que o Serviço Social avançasse nas discussões sobre a questão agrária, urbana e ambiental, apresentando uma crítica radical aos processos de apropriação do território, a destrutividade ambiental e a expropriação dos produtores diretos (trabalhadores assalariados em formas cada vez mais precarizadas), processo este que se amplia continuamente para os povos e comunidades tradicionais.

A fundamentação teórica sobre a questão agrária, urbana e ambiental é da maior importância para o trabalho profissional do Assistente Social em equipes de trabalho social inseridas em políticas fundiárias, urbano-habitacionais e ambientais. Assim, se reatualiza o desafio de apreendermos as modalidades de acumulação do capital em seu processo destrutivo da natureza e de alta exploração da força de trabalho; os rebatimentos na vida concreta de pessoas que, morando no campo ou na cidade, são atravessadas pelas contradições próprias da

ordem burguesa; o posicionamento do Serviço Social brasileiro no apoio às formas de luta pela terra, pelo direito à cidade e na defesa da vida.

O texto é dividido, além dessa introdução, em duas seções. A primeira trata da apropriação do território pelo capital articulado à destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil. A segunda trata do posicionamento do Serviço Social para o enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta, constitutivas das dimensões de classe, gênero e raça. Ao final são apresentadas as considerações finais.

Apropriação do território pelo capital: destrutividade ambiental, financeirização da natureza e desigualdade no acesso à terra no Brasil

A análise sobre a questão da terra não pode ser feita sem a apreensão dos fundamentos sócio-históricos. A disputa histórica pela terra sempre foi feita com expropriações violentas e sangrentas por parte da classe dominante e essa disputa desigual se renova no tempo e no espaço.

A teoria marxiana nos dá o caminho para a apreensão desse processo da desigualdade no uso e ocupação da terra. Marx contribui para a explicação desses fundamentos quando demonstra que existe uma unidade dialética da relação humanidade e natureza. Na obra “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels demonstram que toda produção material da vida humana é mediada pelo trabalho, que é a relação ineliminável entre homem e natureza para satisfação de necessidades, ou como afirmam os autores, “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente (...)” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Entretanto, a ordem burguesa instaura uma divisão do trabalho onde a “toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade”, como afirma Marx, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 (MARX, 2008, p. 79, grifo do autor) ou nos dizeres de Lefebvre (1999), a divisão social do trabalho passa a ser orientada para o atendimento das exigências do mercado. Nesta sociedade, ocorre a separação do produtor dos meios de produção, estes que passam a ser controlados pela burguesia².

Desse ponto de vista dos fundamentos, a teoria marxiana vai tratar da necessidade imperiosa de resgate da relação humanidade e natureza na produção da vida humana na sua

² “Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2. [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe faz da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. (...)” (MARX, 2008, p. 84, grifo do autor).

forma complexa, tomando por base o conjunto das objetivações humanas e com base em um trabalho humanizado e coletivo que se volte para a satisfação das necessidades humanas, processo este que somente pode ser feito em oposição à ordem burguesa. Nesse sentido, essa teoria valoriza a igualdade dos sujeitos pertencentes ao gênero humano, mas respeitando as diferenças dos seres humanos, conforme assinala Marx (2012, p. 33): “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”. O Serviço Social brasileiro reafirma esse princípio de sociabilidade humana para o enfrentamento das demandas ao trabalho profissional em equipes de trabalho social que envolvam as políticas urbanas, agrárias e ambientais.

Sinteticamente a sociedade capitalista se assenta, segundo Isabel Cardoso (2018, p. 50):

na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo exponencial de valorização do valor, no desenvolvimento contínuo (e predatório) das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e outros meios de vida dos trabalhadores, através da propriedade privada da terra e da natureza, na expropriação de direitos garantidores da reprodução social e sustentados em políticas e recursos públicos, na dominação predatória da natureza, e em diferentes formas de opressão e dominação de gênero e de raça.

A relação humanidade/natureza é cada vez mais tensionada pelos crescentes conflitos de classe em várias escalas, pois o capital avança para a apropriação dos territórios com a necessária destruição da natureza e a desarticulação dos modos de vida seja em áreas urbanas ou rurais, a exemplo das comunidades tradicionais. Conforme assinalam Araújo e Silva (2021, p. 160),

ganha relevo o caráter qualitativamente superior da destrutividade ambiental, levada a termo pela atividade humana a partir da revolução industrial, notadamente com o uso de combustíveis fósseis. Os impactos desse processo teriam se acelerado e aprofundado consideravelmente desde meados do século XX, alterando as condições naturais de reprodução da vida na Terra.

Conforme assinala Harvey (2005), o capital avança mediante um processo de mobilidade geográfica para todas as regiões possíveis do mundo em busca de produção de mercadorias visando o lucro, não importando qual mercadoria será produzida, reproduzindo as contradições da lógica da desigualdade social entre o capital e o trabalho.

Uma das modalidades de busca de lucro pelo capital tem sido o processo de exploração dos recursos naturais pela lógica da financeirização da natureza, particularmente nos países da América Latina, reatualizando os processos de colonização e do racismo baseado na exploração da força de trabalho e destruição da natureza. De acordo com Araújo e Silva (2021, p. 163), os Estados nacionais de base ultraliberal têm contribuído com o “desenvolvimento, tanto da exploração do trabalho e espoliação dos bens naturais, quanto da intensa mercantilização

financeira da natureza”.

Segundo as autoras, nesse contexto, as corporações transnacionais de grande porte controlam os recursos naturais por processos especulativos, mediante certificações, créditos, ações e títulos. Os recursos naturais são transformados em *commodities*, onde produtos como o trigo, arroz, minérios de ferro e lítio têm seu valor de troca definidos em escala global, sendo os preços dessas mercadorias determinados pelo mercado financeiro a partir das bolsas de mercadorias e bolsas de valores etc. Além disso, são criados ativos financeiros referentes a bens e serviços ambientais com a separação de bens naturais, a exemplo da terra, ar, biodiversidade e dos serviços ambientais (emissão de carbono e disseminação de sementes, entre outros).

Monerat (2021) chama a atenção para o fato de que o mercado de carbono é uma das expressões da modalidade da financeirização da natureza. Por esse mecanismo as empresas de grande porte, mediante as certificações podem continuar poluindo. Por essas transações, afirmam Araújo e Silva (2021), as grandes empresas que desejam manter o nível de poluição acima do estabelecido, podem comprar uma cota de outra empresa que tenha um menor nível de poluição ambiental. Adquirem assim um crédito ou um “direito de poluir”. “Em síntese, empresas lucram com a especulação dos créditos adquiridos enquanto exercem o ‘direito’ de poluir, ao mesmo tempo em que países altamente poluidores também compram este direito” (ARAÚJO; SILVA, 2021, p. 166).

Bárbara Unmüßig (2014), destaca que por trás do discurso e prática da economia verde estão os interesses capitalistas pela demanda de “combustíveis fósseis, recursos minerais e biológicos” (p. 05) e para tal, o capital cria soluções práticas para ampliação dos lucros das empresas, e avança para a apropriação da terra em escala planetária, e essa apropriação coloca cada vez mais em risco a produção de alimentos para os seres humanos, ampliando a insegurança alimentar. Não é à toa que as empresas multinacionais, a exemplo da Monsanto, Procter & Gamble, Chevron, BASF, Big Energy, B. I. G. Pharma, Big Food and Big Chemical busquem controlar as cadeias de produção e a informação tecnológica e genética sobre métodos de produção (energia, biomassa, sementes, água e terra). Enquanto isso, os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que efetivamente protegem a floresta, têm menos poder de decisão nas instâncias globais para defender seus interesses.

Oliveira (2021) destaca o papel do Estado e dos organismos internacionais para a formulação dos acordos internacionais (como a COP 26/Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021) na defesa dos interesses das grandes empresas capitalistas. Um Exemplo concreto do papel do Estado na acomodação dos interesses capitalistas é o “Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal” (PRV), de responsabilidade dos governadores dos

estados da Amazônia brasileira. O Plano teria sido criado para impedir o desmatamento ilegal e diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Prevê a utilização de novas tecnologias para produzir soluções sustentáveis na floresta, mediante investimentos em infraestrutura verde e serviços básicos. O Plano resulta de um Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, formado pelos nove estados da região (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Por trás dos objetivos declarados do referido Plano de combater o desmatamento ilegal, dentre outros, esconde-se mais uma estratégia do Estado na modalidade de parceria público-privada que envolve o endividamento dos estados nacionais na lógica da financeirização da economia, visto que os recursos para financiar a carteira de projetos do PRV serão públicos e privados, externos e internos e captados por meio do Mecanismo Financeiro do Consórcio, sendo que o “Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio é o agente financeiro do Mecanismo”, fundo este pactuado em dezembro de 2019, por ocasião da COP-25. (CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL, 2021, p. 76).

Enquanto isso, avança o agronegócio no país, que, no ano de 2022, corresponde a 25,5% do PIB brasileiro (CEPEA, 2022), com o total apoio do governo federal (Jair Bolsonaro), que flexibiliza as obrigações socioambientais das empresas. A bancada Ruralista defende a aprovação dos Projetos de Lei (PL), chamados de “Combo da Morte”, incluindo o PL do Veneno (2.299/02), que diminui o controle, no processo de avaliação de agrotóxicos, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, além dos PLs 490/07 e 191/2020, que estabelecem o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a legalização da exploração de minérios nestes territórios. (OBSERVATÓRIO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL, 2022).

Durante o período mais avançado da pandemia, o Governo Federal avaliou as atividades das mineradoras como essenciais, através da Portaria nº 135/GM do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Decreto nº 10.329/2020. Nesse contexto, no ano de 2020, o faturamento total do setor extrativo mineral brasileiro foi de R\$ 209 bilhões, o que corresponde ao aumento de 36% em comparação aos R\$ 153 bilhões faturados em 2019 (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2021, p. 3).

Os impactos socioambientais da mineração nos territórios em provocado uma série de problemas para etnias que vivem em regiões impactadas pela mineração, como a contaminação de rios, peixes e pessoas por mercúrio, além de ampliar os conflitos por terras. Parte considerável destas populações apresentavam níveis de mercúrio acima de limites seguros.

Entre as consequências da contaminação pelo metal estão a má formação em bebês, doenças neurológicas, problemas de visão e audição e problemas de neurodesenvolvimento. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2022)³.

Essas atividades demonstram a força do capital na disputa violenta e desigual pelo domínio e controle das terras (CPT, 2021), com a ampliação dos conflitos de terras que atingem trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais (com piora nas condições de vida dos negros), agricultores e agricultoras familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos do campo, das florestas e das águas.

Esta conjuntura se aprofunda com a pandemia do novo coronavírus. Em 2020, o país, que já contava com um número expressivo de bilionários (45), ganhou mais dez (10) (OXFAM, 2022), o que demonstra a desigualdade de renda no Brasil. Os dados presentes no Relatório “A Desigualdade Mata” (2022), indicam que o aumento da riqueza dos bilionários durante o período pandêmico corresponde a 30% (US\$ 39,6 bilhões), ao passo que 90% da população teve uma redução de 0,2% entre os anos de 2019 e 2021. Os 20 maiores bilionários do país concentram riqueza (US\$ 121 bilhões) equivalente a 60% da população 128 milhões de brasileiros. Enquanto isso, agrava-se a insegurança alimentar no Brasil. Em 2022, a fome está ainda mais presente na vida dos brasileiros, pois apenas 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação no país.

A mesma tendência de produção de lucro pelo capital, vista no processo de mercantilização da natureza, é verificada na atualização no processo de produção e reprodução social do espaço, ampliando a desigualdade no acesso à terra pela dinâmica da lógica das cidades mercadorias. Assim, a tendência do capital é a urbanização do território global para atender os fluxos da produção capitalista (produção, distribuição e consumo de mercadorias) (HARVEY, 2005). Por isso, a produção dos territórios urbanos e rurais expressa as necessidades da produção e reprodução do lucro. Quanto mais as cidades estiverem vinculadas aos fluxos produtivos, mais irão receber infraestrutura física e social para responder às necessidades do capital, com a manutenção da estrutura de classes e da desigualdade social.

Por sua vez, o Estado que tem papel chave na urbanização, privilegia o financiamento aos setores das frações dominantes do capital em detrimento ao trabalho, através da produção das infraestruturas físicas (sistemas aéreos, ferroviários, rodoviários e aquaviários), que “sustentam

³ Além disso, cerca de 11,7 mil km² de floresta amazônica foi desmatada pela mineração entre 2005 e 2015. “Ao longo de 2019 e 2020, o desmatamento causado pela atividade mineradora registrou recordes e avançou sobre áreas de conservação. Em 2021 (...), a mineração devastou 125 km², a maior marca desde o início da série histórica do sistema, uma alta de 62% em relação a 2018”, ano de eleição do atual Presidente da República (APIB; AMAZON WATCH, 2022, p. 6).

a circulação do capital.” (HARVEY, 2005, p. 130). Enquanto isso, as pequenas cidades brasileiras, particularmente as que são menos atrativas ao capital, recebem poucos serviços públicos, a exemplo das cidades no interior da Amazônia.

Questiona-se assim: por que nas áreas rurais, há menos investimento em políticas públicas? Sob a ótica do capital, qual a necessidade de escolas para trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos? Para que oferecer hospitais com alta infraestrutura em pequenas localidades? Porque precisam de atendimento de políticas habitacionais, saneamento ambiental e transporte adequado, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais se não vendem sua força de trabalho ao capital? À medida que seus territórios forem incorporados à dinâmica produtiva, gradativamente os territórios irão receber o mínimo de atendimento, como parte do processo de reprodução social empobrecida da força de trabalho.

Assim, a partir dos fundamentos de Marx (2008) sobre o processo de alienação vinculada à divisão do trabalho, concorda-se com a afirmação de Carlos (2015, p. 25/26) de que na “cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente”. A propriedade privada da terra condiciona o acesso à moradia e as condições de vida em geral como expressão da produção da riqueza e da pobreza (CARLOS, 2015). Nessa mesma direção, afirma Sposito (2014, p. 64): “(...) A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho.”

A lógica do modo produção capitalista se espalha como tendência universal e avança em diferentes territorialidades para a produção do lucro, havendo a necessidade de apreendermos a particularidade histórica brasileira e as diferenciações regionais na produção da desigualdade da vida social.

Enquanto o setor imobiliário totalizou, no ano de 2019, 288 bilhões de lucro (IBGE 2019), as cidades são capturadas como mercadorias, onde a maioria dos trabalhadores não possui acesso à terra para fins de moradia, ocupando as cidades e construindo suas moradias da maneira que podem e quando podem, reproduzindo-se, geralmente, nos piores lugares, com alta carência de infraestrutura urbana.

Para as famílias pobres o despejo é uma ameaça constante. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2022), mais de 180 mil pessoas vivem em situação de rua, 570 mil estão ameaçadas de despejo de suas moradias e mais de 90 mil famílias estão acampadas lutando pela terra. O IBGE apontou em 2019, que 21,6% da população brasileira residia em domicílios nos quais havia ao menos uma inadequação domiciliar “isso significa que ao menos 45,2 milhões de pessoas, residentes em 14,2 milhões de domicílios, enfrentavam algum tipo de restrição ao

direito à moradia adequada, em seus elementos de acessibilidade econômica, habitabilidade ou segurança da posse” (2020, p. 76).

O Brasil possui índices altíssimos de inadequação habitacional, com destaque para a inadequação por carência de infraestrutura (serviço de coleta de lixo, abastecimento de água por rede geral e ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial), nas residências com famílias de menor renda, sendo que segundo os dados da PNAD Contínua do IBGE, a precariedade no acesso ao esgotamento sanitário alcança 56,2% das famílias mais pobres, o que é um dado muito grave (IBGE, 2019).

Nos territórios populares, são produzidas as resistências de luta pela terra; as resistências no uso e ocupação dos espaços urbanos e rurais marcado pela moradia em lugares, na maioria das vezes carentes de infraestrutura e serviços urbanos. No referente ao acesso à moradia, assinala Maricato (2015, p. 20):

(...) a habitação dos trabalhadores não é problema para o capital e, na maior parte das vezes, nem para o Estado. Por isso, os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso. E também por isso, as favelas fazem parte da reprodução da força de trabalho formal. Foi assim durante o processo de industrialização por substituição de importações e é assim atualmente, nas cidades conhecidas como globais. As favelas integram as cidades de países como o Brasil (...)

O Brasil é enorme e as desigualdades sociais estão espalhadas em diferentes territorialidades. Temos que atentar para a vida concreta no dia a dia nas grandes, médias e pequenas cidades. Atentar para os espaços que tem interação com a floresta e o rio, conforme nos aponta Trindade Jr. (2021), a exemplo das “cidades da floresta”.

Conforme Isabel Cardoso (2012, p. 46-47):

(...) as formas de uso da cidade revelam modos de reprodução da vida, através dos modos de apropriação do espaço. É através da análise da dinâmica territorial das formas do morar, dos tipos de fruição do tempo livre como o lazer, das formas do trabalho e das formas de apropriação da renda e da riqueza socialmente gerada, dos padrões de acesso às inovações tecnológicas dos mais diferentes tipos que se incorporam à vida cotidiana (internet, novos medicamentos e tratamentos, etc.) do tipo de acesso aos serviços de saneamento básico; dos tipos de deslocamentos habituais e dos transportes necessários; das formas de acesso aos equipamentos públicos que garantem a proteção social e a segurança pública, ou seja é através do conjunto destas formas e modos de organização da vida que podemos avaliar a real dinâmica de produção e reprodução de nossas cidades e das formas de uso e ocupação do seu espaço.

Se registramos o avanço do capital sobre os territórios, também registramos as inúmeras formas de resistência vistas em diferentes escalas pelos sindicatos, movimentos sociais (movimento negro, mulheres, pessoas LGBTQIA+), indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses/as, agricultores/as familiares, dos moradores na luta contra a segregação espacial,

pelo direito à terra. Toda a movimentação de resistência interessa ao Serviço Social, repudiando com todas as forças no atual momento político, as práticas fascistas que impulsionam a morte, a violência e o obscurantismo ligado ao conhecimento.

Importante estarmos atentos/as às resistências dos modos de viver e produzir espaço. Estarmos atentas/os às necessidades humanas que devem ser objeto de luta dos movimentos sociais, dos pesquisadores/as e dos diferentes profissionais que atendem às pessoas. Conforme Trindade Jr (2004), é importante estarmos atentos às mediações históricas e as diferentes temporalidades existentes nas diferentes formas urbanas no país.

Parece fundamental que o trabalho profissional incorpore a apreensão da unidade dialética da questão agrária, urbana e ambiental, articulando as situações singulares (postas em diferentes particularidades históricas) às determinações universais da ordem burguesa. Por isso, a interpretação teórica sobre as mediações que envolvem o trabalho profissional deve atentar para a questão da divisão do trabalho, da alienação, da apropriação privada dos meios de produção, tendo em vista que essas determinações atravessam a vida cotidiana e rebatem de forma diferenciada (e desigual) na vida dos negros, mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+. Mas também nos interessa as formas de luta presentes na sociedade, como um componente do trabalho profissional.

O Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta, constitutivas das dimensões de classe, gênero e raça

Quando iniciamos esse texto, apontamos elementos da realidade sócio-histórica, econômica e política sob a ordem do capital os quais, inseridos em um contexto materialista histórico-dialético, possibilitam a apreensão das contradições e a “compreensão da atividade social e das relações sociais por meio das quais os seres humanos interagem com a natureza ao produzir as condições de vida” ou, em outras palavras, isso quer dizer que o mundo material não é um dado natural, é um modo de atividade produtiva, um sistema de relações sociais, um produto histórico (WOOD, 2010, p. 32). No mundo globalizado no qual todas as esferas da vida estão submetidas ao capital, evidenciar no debate aqui proposto a relação humanidade/natureza, implica dar visibilidade à lógica de expansão de um capitalismo que produz desigualdades crescentes no mundo, e que sobrevive sob um paradoxo fundamental: “o capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além de qualquer nação-Estado, mas o capitalismo está longe de prescindir da nação-Estado” (WOOD, 2010, p. 8).

É este o pano de fundo dos estudos coletivos realizados no âmbito do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social, nos quais temos como premissa que as relações sociais estruturadoras e reprodutoras dos espaços urbano, agrário e do ambiente na particularidade brasileira têm suas raízes nas relações sociais capitalistas. Tomando Iamamoto (2007) como referência, sob esse registro revela-se um processo social global da sociedade com suas tendências e normatividades com vistas à manutenção do sistema do capital.

E mais, as relações sociais e suas temporalidades históricas devem ser analisadas sob uma perspectiva de totalidade e indissociáveis do desenvolvimento do Brasil nos marcos de sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista, “sob as representações ideais da burguesia” (IAMAMOTO, 2001, p. 109), desde o período colonial e escravista, sem prescindir dos estereótipos difundidos a respeito do povo negro – a vadiagem citada por Kowarick (1994), o que contribui nas não respostas às suas necessidades sociais, em termos de habitação, saúde, educação etc.

Evocamos aqui as particularidades históricas que revelam como o desenvolvimento do país, em que o “moderno” se constrói por meio do “arcaico” (IAMAMOTO, 2001, p. 101), forjam relações patrimonialistas e racistas, assentadas na escravidão e alimentadas por privilégios de classe e heranças colonialistas e escravistas, que revelam no cenário brasileiro um “quadro de extrema desigualdade sociorracial” (DURANS, 2021, p. 23), seja na superexploração do trabalho, seja na regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

São constrangimentos que fazem crescer a pobreza e a miséria, aprofundando desigualdades entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, alijando parte significativa da população brasileira de conquistas civilizatórias oriundas da riqueza socialmente produzida.

O que nos leva a um segundo registro, ou seja, à base histórica e econômica que dá sustentação à permanência de lugares determinados para brancos e para negros na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2021) e contribui para dificultar ou impedir a mobilidade social de segmentos da população negra, sob um racismo urbano antinegro (PASSOS, 2021). Dessa forma, legitima-se a desconfiança na presença de pessoas negras em territórios brancos, o que justifica deter e abordar com violência, aquele que Wacquant denomina como o deslocado, reproduzindo cotidianamente a hostilidade generalizada e materializada no genocídio de jovens negros, pobres e periféricos, numa “revivescência intemporal da associação de homens e mulheres negros e negras com a criminalização” (WACQUANT, 2005, p. 11-14).

A materialidade da produção e reprodução social nos marcos das relações sociais e formas de propriedades e estrutura fundiária estabelecidas no Brasil (IASI, 2019), legitimam essas desigualdades que são sociais e raciais. São desigualdades que se aprofundam nas hierarquizações construídas na escravização de corpos negros trazidos cativos da África para o uso da força de trabalho, de 1550 até a Lei Eusébio de Queiróz e a proibição do tráfico negro, e na espoliação da terra, bem natural de uso coletivo dos povos indígenas tornada mercadoria pela Lei de Terras, ambas as leis de 1850. São eventos significativos, que datam do período colonial e que contribuem para a apreensão de aspectos da formação histórica brasileira e, referindo-nos em Gonzalez (2018, p. 127), de ideias e valores brasileiros que se sustentam em um racismo por denegação, isto é, “um processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando-lhe que lhe pertença”.

A sociedade brasileira e suas dinâmicas urbana, agrária e ambiental que articulam o progresso sob a ordem capitalista, ainda que sob heranças escravistas e racializadas, expressam a forma do desenvolvimento assumido pelo Estado no Brasil, cuja lógica interna tem raízes no período colonial agroexportador, na dependência da economia brasileira com o capital internacional, nos processos tardios de industrialização e na superexploração da força de trabalho, na raiz autoritária de privilégios de classe e concentração de riqueza e nas várias formas de discriminação e violência.

As relações de opressão são construídas na cidade, no campo ou nas florestas, nas formas diversas de uso e ocupação da terra, são constitutivas das dimensões de classe, gênero e raça e reatualizam a manutenção da ordem do capital “que encontra legitimidade nos estreitos limites daqueles que dela se beneficiam, restando aos demais a imposição violenta dos meios coercitivos e a intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente” (IASI, 2019, p. 425).

Nesses tempos de mundialização do capital, o que se observa é a incapacidade de o capital enfrentar as situações de crise atuais. São crises que resultam dos meios que o capital tem recorrido para ultrapassar os limites que lhe são imanentes, explorando as duas forças de onde jorra toda a riqueza, a terra e o trabalhador. Vivemos tempos de acumulação e lucros sem fim e sem limites do capital portador de juros que se valoriza sem sair da esfera dos mercados de títulos e ativos fictícios. Para conter as crises e para a continuidade do processo de acumulação e estabilidade econômica, o Estado brasileiro oferece ao capital possibilidades de lucro pela via das privatizações e abre a ele setores protegidos socialmente, atento à pressão dos mercados que impõem políticas de austeridade, pelo medo do não pagamento da dívida.

Com esses mecanismos, o Estado brasileiro, ao contribuir com o processo de valorização ou reprodução do capital nas suas diferentes formas (capital industrial, capital bancário, capital financeiro), gera um grau de exploração com consequências incontornáveis para a maioria da população (IASI, 2019), seja pela coerção, nas relações de opressão e exploração sexuais e raciais, seja por meio do consenso, nos discursos ideológicos na defesa da legitimidade do sistema (SILVA, 2016).

Ou seja, nas questões de cunho econômico, político e social, as relações sociais capitalistas refletem a permanência da lógica da colonização, da escravidão, da propriedade privada, do capitalismo dependente e periférico, na personificação dos coronéis nos empresários, banqueiros e nos caciques políticos, que forjam esse Estado o qual, segundo Marx, é a “forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (MARX, 2007, p. 76).

Nesse processo, nenhuma saída da crise se desenha para o capital no plano mundial. As condições de reprodução social das classes populares estão ameaçadas. Assistimos hoje a um largo processo de desmonte das políticas sociais destinadas à reprodução social dos trabalhadores e das trabalhadoras. As exigências normativas neoliberais defendem o mercado, a privatização e o empreendedorismo competitivo, abandonam a concepção de democracia e de um tecido social participativo, diminuem a proteção social e reduzem os serviços públicos.

As particularidades desse processo evidenciam consequências diferentes para homens e mulheres, brancos e brancas e negros e negras, constituindo uma indissociabilidade das relações sociais de classe, raça e gênero no Brasil.

Quando se colocam todos esses elementos apontados anteriormente dentro de uma totalidade histórico-social concreta, quando se estabelece um projeto político profissional com nítida direção social orientando o exercício profissional e quando o conhecimento necessário para capturar o cotidiano na história e nas suas contradições é apropriado para construir críticas radicais aos fundamentos da estrutura da sociedade capitalista brasileira, emergem possibilidades pelas quais se constroem as articulações políticas.

Nesse sentido, é importante pontuar algumas ideias que podem ser associadas ao que denominamos de “compromisso político do trabalho de assistentes sociais”.

É fundamental identificar as mediações que sejam capazes de reverter tendências e contratendências nas respostas políticas e sociais e que garantam, recomponham e ampliem direitos com o subsídio de elaborações e análises críticas das expressões da questão social e das respostas institucionais.

É fundamental entendermos o quadro social no qual nos movemos, pois só com conhecimento conseguiremos identificar os limites que nos são impostos pelo sistema capitalista atual, que produz processos de desigualdade social e econômica intensos, e acreditar nas possibilidades que temos de transformar a realidade. Isto requer um treino permanente porque outros mecanismos trabalham no sentido de impedir que tenhamos uma compreensão real dos fatos e acontecimentos. A mídia atua a partir de interesses nítidos de manutenção do instituído, e a imagem manipulada, as notícias recortadas são maneiras de impedir e deturpar essa compreensão.

Fanon é uma referência para as análises sobre a oposição entre as cidades para os ricos e as favelas e áreas periféricas, e Lippold, (2016, p. 208), baseado no autor, desenvolve suas reflexões, “para mergulhar nas raízes da violência brasileira, encontrar o seu fundamento... Como se articulam as relações entre sociedade de consumo e crime, riqueza e pobreza, a repartição geográfica das cidades em áreas de brancos ricos e favelas onde a maioria é negra?” Quem são esses sujeitos? Como construímos com eles a formulação coletiva da vida sob uma perspectiva anticapitalista?

A desigualdade social no Brasil se apresenta na média de rendimento dos 10% mais ricos que é de aproximadamente 25 vezes maior que a dos 40% mais pobres, cujo salário não chega a 1 salário-mínimo; está na ocupação informal que hierarquiza os trabalhadores e os dados registram que 34,6% de pessoas declaradas brancas estavam em ocupações informais enquanto entre as pessoas declaradas pretas ou pardas este índice alcança 47,3%. A desocupação, o desemprego, a subutilização da força de trabalho, o trabalho sem vínculos formais, atingem mais fortemente a população negra no Brasil. E os piores resultados estão nas regiões Norte e Nordeste, cujo índice de pessoas pretas e pardas no mercado informal atinge 60% (IBGE, 2019). O que coaduna com os dados sobre o rendimento familiar, importante determinante para identificar a capacidade do acesso a alimentação das famílias: 25% dos domicílios das regiões Norte e Nordeste vivem com rendimentos abaixo de um quarto do salário-mínimo, comparados com 10% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda (REDE PENSSAN, 2022).

Além desses dados, registra-se o lugar que a violência ocupa nas manifestações das desigualdades no Brasil, onde a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas e pardas a cada 100 mil habitantes, em 2017. Isto é, uma pessoa negra tem muito mais possibilidades de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. Além

disso, em um país que detém o 3º lugar em número de pessoas aprisionadas, a política penal e a política social não são mais do que as duas vertentes de uma mesma política da pobreza na cidade (WACQUANT, 2014).

Em outras palavras, a riqueza socialmente produzida por todos é privadamente apropriada por poucos, e esta desigualdade da distribuição faz persistir situações de pobreza e de desigualdades econômicas e sociais, que refletem no agravamento das condições de acesso às políticas públicas, atravessadas pelas dimensões de raça/cor e sexo.

São expressões e representações que reforçam a ideologia da escravidão, “através da qual se manifesta o racismo nas suas diversas gradações” (MOURA, 2021, p. 63). O autor reflete sobre o longo processo vivido pelas pessoas negras no Brasil, nas situações de subemprego, desemprego e marginalização crescente, de peneiramento e compressão que as expulsam para a periferia da produção capitalista do espaço, seja no campo, na cidade ou na floresta.

Na formação das cidades – e não podemos nos esquecer que o Brasil é eminentemente urbano, com suas metrópoles, cidades de médio porte e cidades pequenas, periurbanas e rurais – a integração das pessoas negras na urbanização e industrialização se fez sob o que o autor denominou ideologia de barragem das possibilidades, impondo um lugar para segmentos da população negra à margem do desenvolvimento do país. Plasmada pelas classes dominantes, essa barragem das possibilidades que ocorre nas relações inter e intrafamiliares, nas escolhas de empregos, nas instituições públicas e privadas, na competição entre as classes sociais, está presente na forma marginal de assimilação do povo negro, como ocorreu em São Paulo, ou na sua integração sob uma economia da miséria, à exemplo de estados da região Nordeste, como Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Afirma o autor (MOURA, 2021, p. 57), “por tudo isso compreendemos por que até hoje, especialmente nas grandes cidades, as favelas, os cortiços, mocambos e alagadiços são ocupados pelas populações negras ou mestiças de um cruzamento direto com o negro”. As desigualdades econômicas e sociais que tem lugar nessa organização espacial se fazem presentes nas formas de segregação e tensões territoriais, como respostas racistas a conflitos étnicos, religiosos e migratórios (HARVEY, 2013).

São áreas das cidades que demarcam uma desigualdade social que é a negação da cidade, nas condições de vida, na distribuição espacial e nas características individuais dos domicílios, no acesso a serviços. Para uma força de trabalho cuja reprodução não inclui a moradia, essas são as condições de sobrevivência: sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca),

e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca). (IBGE, 2019).

Diante da crise global da sociedade contemporânea, alimentada no ideário do capitalismo neoliberal empreendedorista e rentista, que tem no Estado as garantias da taxa média de lucro e as possibilidades da acumulação do capital, vemos novas formas de dominação e de práticas conservadoras que retornam com outro perfil, pela via de construções ideológicas que interdita a política, que deslocam reflexões conceituais, que questionam a ordem capitalista para uma pauta de comportamentos e costumes que invisibilizam a segregação.

A apreensão das determinações sociais, econômicas e políticas que compõem a história da formação social e econômica brasileira vai nos apontar as contradições que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social no Brasil (IANNI, 1992).

A história nos revela os inúmeros eventos de expropriações da terra que se impõem às ocupações e à ausência da reforma agrária, às migrações internas campo-cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, à expulsão dos indígenas de suas terras, ao apagamento e ao embranquecimento da população negra. São temas da realidade social que alimentam os movimentos sociais nas suas lutas e formas de resistências, manifestações sociais que emergem do campo, da cidade e das florestas, que se veem frente a frente também com os movimentos repressivos, com a organização dos aparelhos do Estado para criminalizar e oprimir, orientados por valores heterônimos, patriarcais, racistas e patrimonialistas.

A coexistência planetária entre a riqueza e o pauperismo mostra-nos uma realidade que deve ser pensada a partir de suas contradições no âmbito do capitalismo. A pobreza social é relativa, cultural, histórica e gradual. Isto significa que pode variar entre os países, em diferentes momentos de um mesmo país, como também variar na sua graduação em um mesmo momento.

Na segunda década do século XXI, essas contradições aprofundam a pauperização dos trabalhadores e, portanto, a reprodução das desigualdades sociais. Em consequência, o que observamos hoje são as manifestações da pobreza terminar por serem apartadas de suas determinações. Trata-se de uma armadilha teórica e ideológica, porque desistoriciza e descontextualiza a problemática que funda a existência da questão social, deslocando seu enfrentamento para o nível dos fenômenos a ela conectados, alimentando a desqualificação do trabalho e a criminalização dos movimentos sociais.

O consentimento e a adesão dos trabalhadores tornam-se objetivo das empresas, para viabilizar um projeto que é desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital (ANTUNES, 1995).

São formas de opressão e de dominação que se manifestam por meio de diferentes estratégias, que além de criminalizarem, estigmatizam, restringem e reprimem as ações dos movimentos sociais. Isso acontece com os movimentos de mulheres, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e negros. Ocorre com os/as trabalhadores e trabalhadoras urbanos de inúmeras categorias que, ao realizarem manifestações públicas, têm se deparado com dois tipos de argumentos reiteradamente utilizados. Primeiro, contrapondo a população em geral ao exercício da manifestação, apontando-a como constrangedora do direito de ir e vir, causadora de empecilhos à vida social e ameaçadora à vida e à saúde. Em segundo lugar, acusa-se os manifestantes de causarem prejuízos financeiros à população, em função das dificuldades que produzem ao tráfego, contabilizado o número de veículos parados num determinado período.

Portanto, devemos entender dialeticamente os fenômenos que emergem das relações sociais capitalistas, desde sua singularidade no contexto da acumulação capitalista no Brasil, até suas expressões nas lutas de classes no sentido mais geral, numa perspectiva de totalidade (OLIVEIRA, 2021).

E, nessa direção, a atuação profissional na direção do fortalecimento da liberdade democrática, tendo em vista as possibilidades da eliminação da alienação econômica e política e a efetivação dos mecanismos para o acesso às políticas sociais, aos direitos e justiça social, pode contribuir para romper com uma visão particular da lei no Brasil: a lei obedece a uma lógica de classe.

O desafio é desenhar uma agenda política e articular alianças estratégicas que venham ao encontro do que defendemos.

Trata-se de idealizar um projeto de sociedade e buscar no cotidiano de nossas ações as condições de concretizá-lo. Isto significa compreender que as mudanças têm que ser contínuas e permanentes e que os limites que existem são mutáveis. Isto significa entender que nem o Estado, nem o governo que está no poder hoje, nem a sociedade e as instituições que fazem parte dela são homogêneas, ao contrário são espaços de confronto e de conflitos, que têm que ser enfrentados.

Vivemos na atualidade, mudanças importantes no mundo do trabalho, no esgotamento de um arranjo sociopolítico no âmbito da ordem do capital e o desenho de formas atualizadas da acumulação capitalista e produtividade, o que vem revertendo, a passos largos, na precarização intensa das condições de trabalho.

As políticas sociais, como uma das mediações para os direitos, não têm no horizonte a igualdade de condições, mas a igualdade de oportunidade, não se preocupam em combater a pobreza e não atuam na redução das desigualdades sociais. Com o esvaziamento do caráter

universalizante das políticas sociais, tornam-se focalizadas, numa defesa da racionalização dos gastos sociais e pretensa justiça no atendimento aos mais necessitados, sem deixar de exigir a contrapartida dos mesmos.

Desse modo, o trabalho exercido no campo do Serviço Social deve ser pautado pela garantia dos direitos a todos os cidadãos, pela transformação das necessidades sociais em demandas a serem atendidas pelo Estado, pelo acesso às condições de vida necessárias não só para sobreviver, mas para viver, tendo assegurado as condições políticas, materiais e mentais.

E será realizado sob uma perspectiva de classe, por meio de ações de caráter socioeducativo, de caráter organizativo e de mobilização popular, de assessoria, supervisão e formação, de planejamento, gestão e coordenação.

O exercício cotidiano da participação coletiva tem apresentado dificuldades, que vão “do esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado, de desqualificação das instâncias de representação coletivas, de fragmentação do espaço público e de despolitização da política” (RAICHELIS, 2009, p. 110), todavia não tiram a importância dos fóruns, plenárias, audiências públicas, mesas de concertação, redes e outras formas de articulação para democratização dos espaços públicos.

Essas reflexões sobre o tema da participação nos impõem considerá-la nas suas contradições, ou seja, não se trata de discutir as perdas que se opõem às conquistas de espaços participativos, mas sim, de adensar um debate que conduz as reflexões a partir das lutas sociais que envolvem a sociedade como um todo, e que depende, para a sua compreensão e explicação, da pauta de reivindicações que direciona as ações desta mesma sociedade e das mediações que são feitas para apreender a sua direção.

Nesse sentido, cabe-nos enfrentar a participação assistencialista, baseada no ideal de ajuda, movida pela compaixão, pelo altruísmo e pela caridade, que não tem como fundamento a luta por direitos de cidadania; a participação corporativa, dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais, subordinando os interesses mais gerais da coletividade; a participação eleitoral que, ainda que permita ao cidadão (eleitor) fazer escolhas, não faculta a participação do eleitor nas escolhas políticas dos eleitos; a participação política, que se realiza como uma prática ético política, tendo em vista a comunidade como um todo e a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado (NOGUEIRA, 2004).

Ainda segundo o mesmo autor, em uma crítica elaborada com relação aos processos participativos esvaziados e construídos sob uma perspectiva disciplinadora, “às pressões do mercado tem-se respondido com a privatização e às pressões da sociedade civil, com a

participação” (NOGUEIRA, 2004, p. 128). Neste contexto, a participação assume um perfil formal, de predomínio dos privilégios que naturalizam as desigualdades econômicas e sociais.

A atuação junto com os movimentos sociais e organizações populares no fortalecimento das lutas sociais, sob a lógica da superação dos processos de dominação, possibilita emergirem as contradições que advém das construções ideológicas e programáticas do projeto do capital, dos ambientes e espaços segregados.

Trata-se de um exercício político que deve acontecer, a par das atividades cotidianas de mobilização, reivindicações e pressões sociais por conquistas dos direitos. São estratégias que convergem para descaracterizar a construção de consensos promovida pela hegemonia neoliberal e requer a intervenção concertada dos diferentes sujeitos coletivos nas iniciativas de resistência, numa perspectiva de totalidade.

A ameaça à democracia e à liberdade não vem da falta de institucionalização das formas de organização, nem tampouco da ausência de mecanismos de disputas e de conquistas dos direitos. São outros os obstáculos à democracia social. Decorrem da despolitização provocada pela fragmentação das lutas e do encolhimento do espaço público, cedendo lugar, pragmaticamente, às respostas voltadas aos interesses particulares em torno de pactos sociais.

Contra o pragmatismo e o conservadorismo, contra o esvaziamento e a transformação da política em espetáculo, colocam-se a resistência e o compromisso profissional por trabalho, direitos e liberdade (SANTOS; BOSCHETTI, 2011) e, na particularidade do nosso debate, da atuação do Serviço Social pela defesa do acesso aos direitos sociais que contemplem a diversidade social e econômica da população brasileira, no apoio aos movimentos sociais na luta contra a mercantilização da terra, na defesa da terra para morar e da terra para plantar.

Produzir conhecimento e debates sobre experiências contra hegemônicas desenvolvidas pelos movimentos sociais e profissionais comprometidos com mudanças sociais, como a autogestão, o cooperativismo, entre outros, é fundamental para ampliar alternativas, mesmo no contexto capitalista.

As políticas sociais implementadas no Brasil resultaram no contexto urbano desigual e precário, no contexto agrário que responde, prioritariamente, aos interesses da industrialização e da circulação do capital, desprezando as necessidades sociais dos trabalhadores, no contexto das florestas devastadas com a população indígena expropriada de suas terras.

É evidente que esses processos decorrem das crises sistêmicas do capital e de seus arranjos econômicos e políticos necessários para a manutenção da ordem burguesa que impulsiona mudanças profundas com vistas ao desenvolvimento tecnológico-científico que, todavia, se faz sob valores conservadores que sustentam relações de opressão e exploração.

Expressa em alterações diversas nas legislações, as desfigurações políticas e redução do espaço público, com o reforço da ideologia do favor e do clientelismo, são estimuladores de competições e do enaltecimento da filantropia e do voluntariado.

Portanto, é preciso, pois, atuar nas contradições, dar visibilidade a outras formas de uso e ocupação da terra, acolher as demandas sociais dos segmentos oprimidos, formular estratégias de enfrentamento a essa estrutura da sociedade capitalista junto com sujeitos coletivos como movimentos sociais, sindicais, ONGs, fóruns e redes, que se insurgem, contrapõem e formulam uma concepção de bem comum, constitutiva de uma outra sociabilidade coletiva e solidária, anticapitalista.

Considerações finais

O Serviço Social brasileiro, tomando por base a fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tem se dedicado a buscar as mediações da interpretação das questões agrária, urbana e ambiental e o faz no sentido de contribuir com o trabalho profissional do assistente social e com todas as formas de luta social que se posicionem contra as relações de exploração e opressão existentes na cidade, no campo e na floresta.

Os renovados processos de apropriação do território pelo capital – expropriação da terra; exploração da força de trabalho; destrutividade ambiental; desarticulação dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais; processo de financeirização da natureza; altos níveis de desmatamento; produção de alimentos com agrotóxicos que trazem à mesa o veneno em lugar da alimentação saudável; o apoio irrestrito do Estado brasileiro às empresas mineradoras e à produção do agronegócio, para citar alguns – rebatem na vida concreta dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as e rurais, agricultores e agricultoras familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos do campo, das florestas e das águas.

Nas cidades, lugar de maior concentração de trabalhadores e trabalhadoras pobres e pretos/as, a desigualdade social é expressiva, com destaque para as condições de moradia com alta carência de infraestrutura, altos valores de aluguéis e práticas de despejos de famílias.

Ao mesmo tempo em que se coloca a necessidade de apreensão das determinações universais da produção da desigualdade na ordem burguesa, coloca-se a necessidade de aproximação aos diferentes territórios no Brasil para apreender as particularidades regionais – como por exemplo, os povos e comunidades tradicionais e a vida em pequenas cidades –, a desigualdade étnico-racial e de gênero.

Assim, é importante recuperarmos os processos de lutas sociais, da luta de classes em presença, da produção do espaço urbano pelos sujeitos que vivem a cidade. Para o Serviço Social, os estudos e o trabalho profissional precisam atentar para a relação da questão social entrelaçada à questão urbana, agrária/disputa pela terra, ambiental, de gênero, racial e étnica como uma totalidade em movimento. Pensar como a urbanização modela a vida das pessoas da classe trabalhadora, e todos os que sofrem qualquer tipo de dominação nos espaços urbanos, mas também como são produzidas as resistências nos diferentes territórios no Brasil. São importantes as resistências dos movimentos que fazem a crítica à propriedade privada e ao uso e ocupação do solo, como o movimento sem-terra no campo e dos trabalhadores sem teto na cidade. Desta forma, o Serviço Social se vincula à luta ampliada pelo direito à cidade que se articula ao atendimento das necessidades humanas.

Diante disso, a interpretação das diversas formas de relações de opressão no campo, na cidade e na floresta são da maior importância para o Serviço Social, que tem historicamente buscado alcançar as mediações e as determinações das contradições inerentes à sociabilidade burguesa. Como afirmam Bezerra *et al.* (2018), apenas a busca aos fundamentos das ênfases particulares (urbano, agrário e ambiental) a partir de uma perspectiva que considere a totalidade, “poderá contribuir para a articulação entre elas, rompendo a fragmentação entre as demandas sociais, demandas institucionais, requisições institucionais e respostas profissionais” (p. 79).

Este cenário de profundas regressões apontam a importância da organização política das massas trabalhadoras, dos movimentos sociais, da luta dos povos originários, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, dos trabalhadores sem-terra e sem teto, LBTQIA+, dentre outros. Entende-se que o trabalho do/a assistente social é polarizado por interesses de classes antagônicas, conforme Marilda Yamamoto (2019) e, por isso, participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto de respostas às demandas da classe trabalhadora, o que possibilita um terreno aberto à construção de respostas profissionais articuladas aos interesses da classe trabalhadora e contra todas as formas de relações de opressão.

Nessa quadra histórica em que vivenciamos um alto processo de destrutividade ambiental e índices alarmantes de exploração da força de trabalho, sendo esta exploração intensificada em mulheres e pessoas negras, mais do que nunca, reafirmam-se os projetos profissionais e os projetos societários anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais, com a defesa da humanidade e da natureza.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- ARAÚJO, Nailsa Maria Souza Araújo; SILVA, Maria das Graças e. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: aspectos históricos e sua configuração na etapa de financeirização da natureza. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.2, p. 151- 173, ago. 2021.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB); AMAZON WATCH. *Cumplicidade na destruição IV: Como mineradoras e investidores internacionais contribuem para a violação dos direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia*. APIB/AW, 2022.
- BEZERRA, Cristina Simões; SANTANA, Joana Valente; CRUZ, Suenya Santos da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; PEREIRA, Tatiana Dahmer. O Serviço Social e as dimensões agrária, urbana e ambiental articuladas na particularidade histórica. In: SANTANA, Joana Valente (Org.) *Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas*. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Cidade capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana?. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de. (Org.). *A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia*. 1ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará - Edufpa, 2012.
- _____. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana Valente (Org.) *Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas*. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2015 (Coleção repensando a Geografia).
- CEPEA. *PIB do Agronegócio brasileiro*. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=Considerando%2Dse%20os%20desempenhos%20parciais,%2C5%25%20registrados%20em%202021>> Acesso em: 30 set. 2022.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo 2021*. Goiânia: CTP Nacional, 2021. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/downlods>>. Acesso em: 29 set. 2022.
- CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL. *Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal*. 2021. Disponível em: <<https://consorcioamazonialegal.portal.ap.gov.br/>>. Acesso em 30 set. 2022.
- DURANS, Claudicéa Alves. *Políticas de raça e classe no Brasil: uma crítica marxista*. São Paulo: Sundermann, 2021.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). *Retrocessos e falácias propagadas pelo projeto de lei (PL) 6.299*. 2022. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/falacias_pl_veneno.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. A liberdade da cidade. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editora; Carta Maior, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

- _____. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1992.
- IASI, Mauro Luís. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 136. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
- IBGE. *Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)*. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30973-paic-2019-industria-da-construcao-mostra-avanco-de-servicos-especializados-e-queda-em-obras-de-infraestrutura>>. Acesso em: 27 out. 2022.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD Continua*, 2019.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *Setor Mineral 2020*. 2021. Disponível em https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao_Resultados_Setor_Mineral_2020-1.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.
- KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LIPPOLD, Walter G. Rodrigues. A África de Fanon: atualidade de um pensamento libertário. In: MACEDO, José Rivair (Org.) *O pensamento africano no século XX*. 1ª. Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. Boitempo: São Paulo, 2012.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo: 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONERAT, Júlio Cesar Pereira. Bioeconomia e financeirização dos riscos ambientais: formas capitalistas de enfrentamento da crise ambiental: a crítica. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n.2, p.174-204, ago. 2021.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- NOGUEIRA, Marco Aurelio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Denis de. *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- OXFAM Brasil. *A desigualdade mata*. 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>>. Acesso em: 29 set. 2022.
- PASSOS, Rachel Gouveia. Narciso acha feito o que não é espelho. *Boletim Eletrônico CRESS SC*. Edição no. 79. Florianópolis, 2021.
- RAICHELIS, Raquel, O trabalho do assistente social na esfera estatal in CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília-DF, 2009.
- REDE PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional. 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.
- SANTOS, Silvana; BOSCHETTI, Ivanete. *Cfess Manifesta*, 2011.

- SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sudermann, 2016.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2014 (Repensando a Geografia).
- TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. *Ciência Geográfica - Bauru - XXV - Vol. XXV- (1): Janeiro/Dezembro - 2021*. p. 312-324.
- _____. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. *CIDADES*. v. 1, n. 2, 2004, p. 241-258.
- UNMÜBIG, Bárbara. *Reflexões sobre a Financeirização da Natureza*. Fundação Heinrich-Böll, 2014. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2014/12/05/reflexoes-sobre-financeirizacao-da-natureza-0>>. Acesso em: 03 out. 2022.
- WACQUANT, Loic. A raça como crime cívico. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal*, vol. XXV, 2005, pp. 9-41.
- _____. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n.2, 2014.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.